

INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO COLÉGIO ESTADUAL DE APLICAÇÃO DE IPORÁ- GOIÁS

BORGES, Huélida Souza Santos
Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Iporá
huelidafamilia@hotmail.com

ALMEIDA, Edna Maria Ferreira de
Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Iporá
edna_ipo@hotmail.com

RESUMO

A Inclusão dos surdos no Brasil foi no decorrer dos anos estruturando e transformando-se, para atender a necessidade da sociedade atual. Instituições escolares que de acordo com suas metodologias buscaram oferecer à sua clientela, os subsídios necessários para que esses conseguissem recursos para alcançar sua ascensão linguística e cognitiva. O presente artigo teve por objetivo investigar a educação do aluno surdo no Colégio Estadual de Aplicação de Iporá-Go, visando analisar a qualidade de ensino para os alunos surdos desta unidade. Como metodologia fizemos revisão de fontes bibliográficas. Foram realizadas entrevistas com professor regente, professor intérprete, gestora da unidade e Mediadora da Rede de Apoio a Inclusão da Subsecretaria Regional de Educação Estadual de Iporá – Goiás. Apesar dos avanços ocorridos no meio educacional, observa-se ser necessário, grandes reformulações neste setor, é preciso investir mais na capacitação dos educadores, em recursos metodológico e tecnológicos, gerando deste modo instrumentos capazes de promover igualdade de oportunidades a todos os seres humanos, tanto no campo educacional como no profissional.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Ensino.

INTRODUÇÃO

Atualmente (2015), sabe-se a importância da inclusão na vida do ser humano, onde a mesma proporciona uma sociedade igualitária a todos, sendo que os desafios colocados para educação dos alunos com necessidades especiais educacionais têm sido

objetos de discussões nas últimas décadas. O foco principal da discussão são os problemas de aprendizagem dos educandos, no estudo em questão do educando surdo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96 de 20/12/96) estabelece que todo aluno deve ser mantido na rede regular de ensino junto aos demais e a escola precisa atender as necessidades e particularidades de cada aluno individualmente e independente de qual seja ela.

O objetivo principal do artigo foi investigar a educação do aluno no Colégio Estadual de Aplicação de Iporá-Go, visando analisar a qualidade de ensino para os alunos surdos desta unidade. Observamos como funciona o preparo dos profissionais para lidar com os alunos surdos em sala de aula, principalmente no que se refere à área de Geografia, percebendo quais profissionais estão envolvidos neste trabalho.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi adotado o seguinte encaminhamento metodológico, revisão de fontes bibliográficas que versam sobre o tema em pauta. Foi realizadas entrevistas com professor regente, professor intérprete, gestora do Colégio Estadual de Aplicação e a Mediadora da Rede de Apoio a Inclusão da Subsecretaria Regional de Educação Estadual de Iporá – Goiás.

O presente trabalho estruturou-se a partir de uma abordagem qualitativa, que é compreendida como aquela que propicia coesão e reflexão sobre a temática investigada. Elementos importantes nas questões relacionadas que embasaram a temática abordada.

Os resultados da pesquisa nos levaram a refletir que o Brasil tem melhorado no que tange educação inclusiva, e que a escola pesquisada tem buscado a oferecer a um ensino de qualidade ao aluno surdo. Assim como os demais educandos da unidade, buscam conjuntamente construir e adquirir uma aprendizagem significativa.

EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNDO, NO BRASIL E EM GOIÁS

Segundo Silva (2008) este processo que atualmente é conhecido como inclusão teve quatro fases, sendo a primeira concebida como processo de exclusão, no qual as pessoas com necessidades especiais eram proibidas de frequentar a escola. A segunda fase aconteceu partir do século XX e foi à segregação, etapa através da qual as pessoas

com deficiência começaram a ter uma classe especial em grandes instituições, para serem alfabetizadas.

Segundo Silva (2008) a terceira fase ocorreu no final do século XX, mais precisamente na década de 1990, quando começou a inserir as crianças e adolescentes nas redes regulares. Porém, para que esse processo se tornasse viável, ainda existia uma grande barreira, pois os alunos que poderiam ser incluídos nestas classes, eram os que tinham capacidade de adaptar-se aos outros, sem ser necessário modificar o sistema de ensino, ou seja, eles é que teriam que se adaptar ao sistema de ensino e não o contrário. Na quarta fase que é seguida até os dias atuais, os conteúdos trabalhados são adaptados para a necessidade de cada aluno, respeitando suas limitações cognitivas.

Silva (2008) ainda ressalta que ao longo dos tempos, diversos estudiosos defenderam diferentes ideias sobre como integrar o aluno surdo nas redes regulares de ensino. Inicialmente teve-se a ideia da oralidade, onde professores ouvintes proibiam o uso de qualquer tipo de sinais, tudo que os alunos necessitavam, não poderia ser mostrado ou apontado utilizando as mãos. Já outros defendiam o uso da Língua de Sinais, que era o modo que os surdos se comunicavam entre si.

Muitos também defenderam a linguagem de códigos, que era a forma que eles entendiam o que os outros estavam falando sem ter nenhuma regra, e cada um criando a sua própria forma de comunicação. Goldfeld(2002) afirma que os educadores criaram diferentes metodologias para ensinar os surdos. Alguns se baseavam apenas na linguagem oral, ou seja, a língua auditiva-oral utilizada em seu país como o Frances, o inglês e etc. Outros pesquisaram e defenderam a língua de sinais, que é uma língua espaço-visuo-espacial, criada através de gerações pelas comunidades de surdos. Outros ainda criaram códigos visuais, que não se configuram como uma língua, para facilitar a comunicação com os alunos surdos. Até hoje existem diversas correntes com diferentes pressupostos em relação á educação de surdos.

Para Goldfeld (2002) o processo de inclusão foi demorado que só chegou à conquista do que há hoje (2015) a partir de uma Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em uma Assembleia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, onde foi afirmado o compromisso de Educação para Todos, no qual toda criança teria direito a educação,

independentemente de seu grau de necessidades e limitações. Até hoje (2015) existem diversas correntes com diferentes pressupostos em relação à educação de surdos.

Ao enfatizar a comunicação total Silva (2008) observa que durante os anos 70 e 80, uma série de pesquisas foi desenvolvida com comunicação total, no que concerne a educação de surdos. O que se pode verificar é que no final do processo educacional, se comparado ao oralismo, existem ganhos, visto que os surdos conseguiram se comunicar melhor. Entretanto, tanto a comunicação extra escolar quanto a produção escrita continuaram apresentar sérios problemas. A maioria dos surdos não alcançou a autonomia na produção da linguagem, da mesma forma como também não atingiu níveis acadêmicos compatíveis com sua faixa etária. Embora a comunicação total tenha viabilizado ao surdo o acesso aos sinais, até então proibido pelo oralismo, este acesso não propiciou um efetivo aprendizado da língua de sinais, mais sim um apoio à linguagem oral.

Silva (2008) esclarece que grande parcela dos surdos não conseguiu alcançar a autonomia na produção da linguagem, do mesmo modo como também abrangeu os parâmetros acadêmicos compatíveis com sua faixa etária. Apesar da comunicação total ter possibilitado ao surdo o acesso aos sinais, processo até então proibido pelo oralismo, tal acesso não propiciou um concreto aprendizado da língua de sinais, mais sim, uma base para a linguagem oral.

O autor supracitado ressalta que Tomas Hopkins Gallaudet e Laurent Clerc fundaram no século XIX, a primeira escola de surdos na América. Apesar dos avanços na área, contudo, surgiram diversos oponentes à língua de sinais, após a morte de Laurent Clerc, 1869, estes ganharam mais força.

Entretanto, nesse período a educação de surdos e a sociedade começaram a compreender as potencialidades dos surdos através do uso da língua de sinais. A sociedade passou a crer, que o surdo poderia vir desenvolver com os ouvintes a linguagem oral.

A Constituição Federal de 1988, artigos: 205, 206 e 208 e Estadual 1989 no artigo 3º, determinam que seja instituída em todos os estados brasileiros a inclusão de todos os indivíduos nas diversas instâncias da sociedade, bem como, a inclusão destes na rede regular de ensino. A Lei contém dispositivos legais que estabelecem e

asseguram as pessoas com deficiência recursos educativas, técnicas, currículos, métodos para atender às suas especificidades. Quanto à formação de professores, conjecturam-se especializações pedagógicas adequadas em todos os níveis, para que estes possam dar aos educandos atendimento especializado.

Outra contribuição importante para inclusão foi a Declaração de Salamanca que fundamenta que as unidades escolares passa a ter obrigatoriedade de oportunizar a todas as crianças um ensino de qualidade, processo que deve ser estendido a todos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas etc.

Segundo Mantoan (2006) no Brasil a educação especial, inicialmente constituiu-se através de instituições privadas de caráter filantrópico, por meio da iniciativa de familiares em que havia membros deficientes. No país uma grande parcela do atendimento a alunos excepcionais destinava-se aos deficientes mentais, auditiva, visual e física não sensorial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 12.796, de 2013) que substitui a de 1996 no capítulo V, caracteriza em três artigos, a natureza do atendimento especializado. O artigo 60 da referida lei reafirma a precedência pela ampliação do atendimento no ensino regular público é preciso afirmação de discernimentos de caracterização das instituições privadas de educação especial, para o recebimento de apoio técnico e financeiro.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, a integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A normalização é o princípio que representa a base filosófica e ideológica da incorporação. Mas, não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolve que convivem que aprendem. Regularização é antes de tudo, oferecer aos educandos com necessidades especiais e/ou formas e condições de vida diária os mais semelhantes possíveis às formas e condições de vida da sociedade.

Para Sassazaki (1991, p. 32) A educação das pessoas com necessidades especiais é analisada como um parâmetro de aproximação com os seres ditos normais, pretendendo desenvolver sua normalidade, para melhor integrá-los através de sua

aprendizagem ou seja, “a ideia inicial foi, então, a de normalizar estilo ou padrões de vida, mas isto foi confundido com a noção de normais as pessoas deficientes”.

Silva (2010) afirma que no estado de Goiás as instituições escolares com a evolução educacional transformaram-se em um espaço de aprendizado e socialização, tornando-se um lugar de aquisição de cultura, de inovações tecnológicas, de conscientização, de construção de cidadania. A finalidade do processo educativo tem sido a de promover constantemente o aperfeiçoamento e a melhoria do processo ensino aprendizagem, neste sentido a Língua de Sinais surgiu como um aparato de aprendizagem, propondo metodologias para amenizar esta problemática.

Silva (2010) ainda ressalta que A autora supracitada ressalta que na concepção dos governantes goianos, professores e demais profissionais da área podem promover e contribuir para o desenvolvimento do processo educativo, implementando mudanças no espaço escolar, para a construção da cidadania e do aprendizado. Acredita-se que todo ser humano, seja ele surdo ou ouvinte é provido de diversas potencialidades, o que o torna responsável pela construção dos conhecimentos relevantes para sua interação sociocultural. Quanto ao papel da escola no processo educacional, cabe orientar e fornecer aos educandos o seu ingresso ao conhecimento.

O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

O processo de ensino/aprendizagem na área de Geografia para alunos com deficiência auditiva é um tema pertinente e complexo no contexto da escola inclusiva. Com respaldos legais, essa abordagem preconiza a realização de adaptações na escola, no currículo, na seleção de recursos didáticos e na metodologia de ensino.

Loureiro e Santos (2002) Esclarece-se que o papel da Geografia no contexto sociocultural presente é de suma importância, servindo como um subsídio para explicar o mundo em que o ser humano vive e se encontra integrado, orientando-o também para que possa compreender a realidade espacial. Evidencia-se que para entender a organização do espaço é essencial a aquisição do conhecimento Geográfico, pois este proporciona ao educando as bases para que possa aprender a relação entre os espaços, investigando e observando a sua interdependência e os elementos a eles intrínsecos.

Tais pontos são relevantes, pois ampliam a visão de quem observa e estuda o espaço.

Diante disso Callai (2000) afirma:

Compreender o lugar em que vive, permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem. Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, é repleto de história e com pessoas historicamente situadas num tempo e num espaço, que pode ser o recorte de um espaço maior, mas por hipótese alguma é isolado, independente. (CALLAI, 2000, p. 1)

Sendo assim um recurso bastante utilizado na atualidade e o uso de tecnologias de informação e comunicação no ensino de Geografia e a aula campo, pois oferece enorme possibilidade ao desenvolvimento da instrução para a vida em sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na concepção de Silva (2010) no ano de 1999, iniciava-se em Iporá – Goiás o processo de sensibilização para a educação inclusiva, e posteriormente em 2000 foi implantado as primeiras escolas que trabalharam com a diversidade, ou seja, alunos com necessidades especiais: alunos com baixa visão, alunos com transtornos cognitivos e educandos surdos, oriundos da Escola de Ensino Especial de Iporá. A gestora da unidade escolar pesquisada N.V.S.S ressaltou em entrevista que o educando inserido na rede de ensino público Colégio Estadual de Aplicação, encontra-se matriculado na escola desde o ano de 2008, iniciando seu processo de estudo no 2º Ano do Ensino Fundamental, e atualmente encontra-se matriculado no 7º Ano, ressaltou também a gestora que no momento só há este aluno com deficiência auditiva matriculado, mas que já estudaram outros dois alunos com deficiência auditiva em outros anos como mostra no quadro 1 a seguir:

Nomes dos alunos.	Matriculou-se na escola em:	Transferiu da escola em:
M. B. S	2008	---
J. E. B. C	2009	2013
M. A. B	2010	2011

Fonte: BORGES, Huélida Souza Santos

O referido Colégio conta atualmente com diversos profissionais capacitados na área da inclusão, dentre eles: Professor de recursos intérprete e de apoio. Mensalmente nos Trabalhos Coletivos acontecem as capacitações de todos os profissionais do estabelecimento na área da inclusão.

Segundo a professora interprete A.N.F.O. do referido aluno, durante as aulas de Geografia são utilizados materiais visuais diversos como o uso do Arthur que é um aparelho onde são mostradas as imagens, televisor, livros didáticos e mapas diversos que estão colados na sala de aula (mapas do Brasil com diferentes aspectos e mapas Mundi).

A professora regente de geografia A.M.B. destacou a importância do conhecimento teórico e prática no cotidiano escolar, a mesma afirmou que usa recursos pedagógicos existentes na escola independente de deficiências. É notável que a equipe escolar esteja sempre procurando oferecer o melhor ao aluno surdo.

Após observação da unidade escolar e a coleta dados principiou o processo de análise dos resultados, visando constituir uma relação dialógica entre o referencial teórico e a realidade pesquisada.

Evidencia-se que a aprendizagem do surdo e\ou dos demais educandos distingue-se como sendo uma fórmula para se compreender, inserir e influenciar no mundo em que se está inserido, e o conhecimento adquirido, fundamenta-se como um elemento da construção do ser humano em sua constante integração com o seu contexto social e cultural. Libâneo afirma:

A prática escolar tem atrás de si, condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor/aluno, técnicas pedagógica. Fica claro que o modo como os professores realizam seu trabalho, selecionam e organizam o conteúdo das matérias, ou escolhem técnicas de ensino e avaliação tem a ver com pressupostos teórico-metodológicos, explícita ou implicitamente. (LIBÂNEO, 1985. p. 19)

Muito se tem debatido sobre o papel da escola na superação das dificuldades de aprendizagem, de socialização dos educandos, assim, salienta-se que o objetivo de se ensinar e aprender enfoca-se na constituição de um processo ensino aprendizagem mais

amplo, compreendendo-se que o ato de aprender vai além da instituição escolar, envolve escola, família e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa notamos que o ensino-aprendizagem, é de suma importância para estabelecer a participação cognitiva e social do aluno surdo. É notado que a unidade escolar analisada tem buscado aperfeiçoar a prática pedagógica aplicada e por meio dela, tem buscado modificar mentalidades, promovendo a superação dos preconceitos concernente aos surdos, em fim, a todos que se diferenciam dos padrões pré-estabelecidos pela sociedade, fundamentando deste modo a importância do processo educacional de inclusão.

Dentro do ambiente escolar o professor interprete e titular da sala, tem como desafio estabelecer elo entre o que ensina e o que aprende no ambiente escolar. As transformações presenciadas no meio educacional são resultantes do aperfeiçoamento das relações estabelecidas entre corpo docente e discente.

Importante ressaltar que as instituições escolares devem cotidianamente continuar a preparar os seus professores para atenderem seus educandos, propondo-lhes conhecerem sua realidade social e também respeitar o ritmo de aprendizagem de cada um.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Ensino da língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica** - Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SESO. 2002.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **A educação dos surdos** – Organizado por Giuseppe Rinaldi et. AL. Brasília: MEC/SEESP. Série Atualidades Pedagógicas: n. 4. 1997

CALLAI, Helena C. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org). Ensino de Geografia: práticas e contextualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.



ISSN: 2238-8451

_____ Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho 2006.

_____ Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez/ SEESP/SEED/MEC – Brasília/DF – 2007.**

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem, cognição, numa perspectiva interacionista.** São Paulo: Plexus, 2002.

LEI N.º 10.436 de 24 de abril de 2002 - Língua Brasileira de Sinais - Libras
<http://www.ulbra.br/acessibilidade/files/leis-acessibilidade-10436.pdf> acesso em: 19 de abril de 2014

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 22ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LOUREIRO, M.A.R.; SANTOS, M.D.M. **Educação especial: Inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares.** Pedagogia/UNAMA. Belém/PA – 2002.

MOTTA, Elias de Darcy Ribeiro. **Direito educacional e educação no século XXI.** São Paulo: Unesco, 1943.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem / Ronice Müller de Quadros.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1997

_____ **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos:** Ronice Müller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp. Porto alegre: Artmed. 2004.

PEREIRA, M. Q.; MAROSTEGA, V. L. **Perspectivas Pedagógicas na Escola de Surdos de Santa Maria.** Revista do Centro de Educação. N 20. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/seesp/2002/02/a3.htm>>. Acesso em 04,nov. 2011.

SÁ, Nídia Limeira de. **A formação de Surdos. A caminho do biliguismo.** Niterói. EDUFF. 1999.



ISSN: 2238-8451

SASSAZAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SILVA, Márcia Garcês, **A inclusão do aluno surdo no ensino regular**. http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_04_2010.pdf Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Acesso em: 19 de abril de 2014